

O Congresso mais uma vez justifica a fama que tem

6861 IVW 6 JORNAL DA TARDE

Toda vez que alguém no Brasil critica o comportamento dos políticos, dos partidos e dos legislativos nacionais, é acusado de obscurantista, de tentar denegrir a classe política, de ser contra a atividade política e de colaborar para a desmoralização das instituições com o intuito de solapar a democracia.

O argumento, naturalmente, é viciado: criticar as pessoas que, no momento, compõem ou comandam uma instituição não significa, de forma alguma, qualquer desrespeito a essas instituições. O homem não pode ser confundido com o processo; os políticos não podem ser confundidos com a atividade política, um grupo de deputados e senadores não pode ser confundido com o Congresso Nacional e a atividade legislativa. Uns são permanentes, outros circunstanciais.

Ninguém ignora a importância da Política (assim mesmo, com **p** maiúsculo para diferenciá-la da **política-gem** que se pratica entre nós), dos partidos políticos (na verdadeira acepção do termo, não essas legendas de ocasião que temos aqui) e das casas legislativas para o funcionamento dos regimes democráticos. Não existe democracia onde não há Política, partidos e legislativos de verdade.

Portanto, criticar os homens que se dizem públicos, mas só defendem seus interesses particulares, de forma alguma pode ser confundido com ataque às instituições e tentativa de demolir os alicerces do regime democrático. Na verdade, a crítica ao mau comportamento dos políticos é uma forma de defender a democracia. Se alguém está conspirando contra o regime, é quem não tem uma postura ética digna do posto ou função que ocupa, quem usa a política e a função pública para obter benefícios pessoais.

Fizemos esta longa introdução, porque, mais uma vez, como acontece quase que semanalmente, somos forçados a comentar aqui mais um ato de agressão à sociedade brasileira, praticado pela classe política. Desta vez a agressão partiu da Câmara dos Deputados e vai beneficiar unicamente deputados e senadores.

Numa sessão relâmpago, visivelmente sem quórum para votação, sob protesto das lideranças de alguns partidos, a Câmara dos Deputados derrubou um projeto de resolução do senador Fernando Henrique Cardoso. Com isso, os deputados se deram um aumento de 30,31%, retroativo a janeiro, extensivo também aos senadores. O salário mensal de um parlamentar federal brasileiro passou então de NCz\$ 5.975,66 para NCz\$ 7.787,33, fora outros benefícios como moradia de graça, passagens aéreas todo fim de semana, carro com motorista (para senadores), cota de gasolina (para deputados), pagamento de conta de telefone, franquia postal, batalhões de assessores, facilidades para empregar parentes na Câmara e no Senado...

E com uma outra vantagem extraordinária: sem precisar comparecer às dependências do Congresso e cumprir a "aborrecida" tarefa de discutir os problemas nacionais, votar leis, fiscalizar o comportamento do Executivo. E aí de quem se disponha a fazer esta gente trabalhar! O senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, está neste momento sofrendo forte pressão de seus pares para mandar **corrigir** os holerits de maio dos senadores: ele mandou descontar dos salários os dias em que eles não compareceram às sessões. Desta **gazeta** geral participam até mesmo parlamentares que são candidatos à Presidência da República.

Por causa da inapetência dos atuais parlamentares brasileiros para o trabalho, nem aquilo que eles consideram a sua maior obra — os benefícios sociais inscritos na nova Constituição — está valendo na prática. A maioria desses benefícios depende de leis complementares e ordinárias que nem sequer começaram a ser discutidas, mais de sete meses depois de promulgada a Carta Constitucional. Por este mesmo motivo também, no início da atual legislatura, a mesa da Câmara mandou arquivar mais de 4 mil projetos de lei apresentados por deputados nos últimos três anos.

O abuso maior é que os senhores parlamentares ganharam este aumento, retroativo, num momento em que a sociedade brasileira sofre de um lado um brutal arrocho salarial; e de outro uma violenta redução nos lucros das empresas em função do congelamento de preços.

E quem vai pagar a conta de mais esse benefício dos senhores parlamentares serão, como sempre, os pobres e escorçados cidadãos brasileiros. O dinheiro do Congresso Nacional sai do orçamento da União, ou seja, é dinheiro de imposto, pago pelos trabalhadores e pelas empresas. E como a União está literalmente falida, ela vai ter que inventar novas cobranças (vem aí um aumento nas contribuições da Previdência Social e no Finsocial) ou então emitir mais dinheiro.

Enganam-se esses senhores, no entanto, se pensam que os abusos que eles andam cometendo passam despercebidos dos brasileiros e brasileiras. Uma pesquisa do Ibope, realizada entre os dias 6 e 14 de abril, ouvindo 2.500 pessoas em todo o país, mostra que 81% dos entrevistados não confiam nos políticos e 70% não confiam nos partidos. Os dois perdem até para o governo federal — com 70% de desconfiança. Em quarto lugar na pesquisa, para fechar o ciclo que envolve a classe política, vem o Congresso com 61% de desconfiança. Esse quarteto perde, na opinião popular, para empresários, banqueiros, militares, sindicatos, associações de moradores e Igreja, todos mais prestigiados.

É por essas e outras — muitas outras — que a população brasileira já se anda perguntando: "pra que servem os políticos?" E a resposta, no momento, é óbvia.

19 MAI 1993